

**Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Faculdade de Economia e Administração**

Obede Rodrigues

**A Contribuição dos Grandes Economistas Brasileiros Para a Compreensão
da Década de Oitenta ou Década Perdida**

**São Paulo
2011**

Obede Rodrigues

A Contribuição dos Grandes Economistas Brasileiros Para a Compreensão da Década de Oitenta ou Década Perdida

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador:
Prof. Dr. João Luis Mascolo – Insper

**São Paulo
2011**

Rodrigues, Obede

A Contribuição dos Grandes Economistas Brasileiros Para a Compreensão da Década de Oitenta ou Década Perdida./ Obede Rodrigues. – São Paulo: Insper, 2010.

Monografia: Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador: Prof. Dr. João Luis Mascolo

Obede Rodrigues

**A Contribuição dos Grandes Economistas Brasileiros Para a Compreensão
da Década de Oitenta ou Década Perdida**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia do Insper, como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Economia.

EXAMINADORES

Prof. Dr. João Luis Mascolo
Orientador

Prof. Dr. Vitória Saddi
Examinadora

Prof. Dr. José Marcio Rego
Examinador

RODRIGUES, Obede. Estruturalismo e Inercialismo: Subsídios para compreensão do fenômeno inflacionário brasileiro nos anos 80. . São Paulo, 2010. 25p. Monografia – Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Resumo

Este trabalho faz um estudo do período de 1980 – 1989 da economia brasileira privilegiando temas relacionados aos principais fatores causadores e mantenedores da alta inflação. Para tanto, serão analisados alguns dos principais economistas e historiadores do período tratado, dando ênfase às abordagens de Bresser-Pereira e Persio Arida. Assim, a partir de uma revisão literária desses autores, as principais variáveis econômicas e políticas causadoras da inflação do período serão compreendidas.

Agradecimentos

Primeiramente, a Deus, fonte da qual emana toda a sabedoria, por ter guiado e prosperado todos os meus passos.

A minha família, pelo amor, compreensão, conselhos, apoio e incentivo que tem me concedido em todos os momentos.

Agradeço muitíssimo meus professores do Insper, Dr. João Luis Mascolo e Dra. Vitória Saddi que fizeram possível eu escrever tal trabalho e me deram todo suporte, atenção e apoio nas inúmeras reuniões às segundas-feiras às 06h45min da manhã com toda a paciência do mundo.

Agradeço o professor Dr. José Marcio Rego pela indicação de textos, incentivo e discussões sobre a inflação ocorrida durante os anos 80.

Agradeço por fazer parte do grupo Insper e espero um dia poder retribuir a ajuda em minha formação acadêmica e profissional.

Sumário

Introdução	7
Metodologia	8
1. Introdução	7
1.2 Principais Aspectos Econômicos da Década de Oitenta.	8
2. Revisão da Literatura	14
2.1 Pensadores Ortodoxos	14
2.2 Pensadores Neo-Estruturalistas	15
3. Contribuições de Pérsio Arida	18
3.1 Diferentes Terapias para Estabilizar.	22
3.2 Viabilidade Política da Estabilização.	22
4. Conclusão	27
5. Bibliografia ..	30

1. Introdução

O objetivo do presente estudo é identificar as principais contribuições dos maiores economistas brasileiros, que de algum modo, estiveram envolvidos na condução da política econômica na segunda metade da década de oitenta. A breve descrição deste período abaixo revela os problemas vividos pelo país ao longo daquele decênio. O trabalho não procura julgar a contribuição destes pensadores nem tampouco atribuir as sucessivas tentativas de estabilização fracassadas à tais economistas.

A inflação representa o aumento no nível geral de preços, ocasionando distorções na distribuição de renda, na balança comercial, desvalorização cambial, imprevisibilidade econômica, migração de aplicações monetárias e ilusão monetária.

As distorções na distribuição de renda são atribuídas, entre outros fatores, à impossibilidade do trabalhador ‘repassar’ os aumentos de seus custos igualmente como fazem as empresas e o governo. Já na balança comercial, tais distorções são relacionadas ao preço do produto interno juntamente com o preço do produto externo, visto que, aumenta-se a importação e diminui-se a exportação, enquanto não há o reajuste cambial, as mercadorias importadas são mais atraentes que as domésticas.

Para os produtos e commodities nacionais se equalizarem com as commodities e os produtos importados, a fim de tornarem-se competitivas, necessita-se de uma recorrente desvalorização cambial, que enfraquece a moeda doméstica e o poder de compra da população frente a produtos estrangeiros.

A imprevisibilidade econômica, causada pela inflação, faz com que empresas desistam de investir seus capitais, pois não há como mensurar gastos orçamentários nos investimentos de médio e longo prazo, afetando, assim, o crescimento da economia.

Com a inflação, ocorre a migração de aplicações monetárias para aplicações em bens de raiz (terras e imóveis), devido ao risco de corrosão do dinheiro. Exemplifica-se através de um investidor, que ao invés de aplicar em produtos de renda fixa, prefere investir em imóveis. Tal fato pode ocasionar uma “bolha imobiliária”.

A ilusão monetária gera percepção de maior renda ao consumidor e este, por sua vez, julgando-se detentor de maior poder aquisitivo demanda mais bens e serviços, acarretando uma inflação de demanda e com reiterados mecanismos de indexação, uma inflação inercial.

Diante do exposto, é visível a importância do tema selecionado, a inflação, para a economia. No entanto, muito já foi dito, escrito e debatido acerca das origens e eventuais soluções para os problemas de inflação enfrentados pelo Brasil nos anos 80. Assim sendo, optamos por estudar a influência dos grandes economistas brasileiros na construção de novas teorias acerca da inflação assim como o papel dos mesmos na elaboração dos planos econômicos que o país experimentou na década de 80.

O presente estudo procura unir os principais aspectos econômicos da década de oitenta para investigar como os grandes economistas brasileiros contribuíram para a formulação de teorias, elaboração de planos econômicos, entre outros temas. Assim sendo, o primeiro capítulo é uma síntese dos principais eventos ocorridos ao longo da década de oitenta.

O primeiro capítulo procura unir os principais aspectos econômicos da década de oitenta com a contribuição dos economistas para o entendimento mais amplo do período. Sobretudo porque não há convergência acerca dos grandes economistas brasileiros fomos discricionários e escolhemos os autores que acreditamos ter tido tanto influência teórica (seja na formulação de teoria como na criação das escolas de pós graduação em economia no Brasil) como um papel relevante na condução da política econômica do período. Neste parte, utilizaremos as principais obras de autores como Bresser-Pereira, Yoshiaki Nakano, Jose Marcio Rego, Andre Lara Rezende, Antonio Carlos Lemgruber.

O segundo capítulo trata de desenvolver uma revisão da literatura aplicada, desmembrando os pensadores em duas diferentes vertentes (Ortodoxos, e Neo-Estruturalistas). Ênfase especial é dada aos trabalhos de Pêrsio Arida sobre o período.

O terceiro capítulo trata-se unicamente das contribuições de Pêrsio Arida tanto para a economia quanto para filosofia e política econômica. O autor merece destaque especial em virtude da amplitude do seu conhecimento, o que torna a visão dele de mundo e de inflação únicas.

1.2 Principais Aspectos Econômicos da Década de Oitenta

A década de 80, especificamente o período entre 1979 a 1984, na opinião de muitos historiadores e economistas, é considerada como uma fase perdida para o Brasil. É possível destacar três estágios distintos relacionados ao crescimento do produto interno bruto.

Em 1979 – 1980, houve elevadas taxas de crescimento que resultaram em elevados preços das “commodities” juntamente com uma forte demanda antecipada, em virtude da inflação esperada.

Entre 1981 - 1983 a recessão foi inevitável, pois houve um expressivo aumento dos juros internacionais encarecendo os gastos com a dívida externa do país. Por fim, no ano de 1984 ocorreu a recuperação internacional, dada a capacidade ociosa das indústrias americanas e a baixa dos juros externos, resultando em um novo ciclo econômico para a economia mundial, porém não para o Brasil. Vide tabela 1 de crescimento do PIB real.

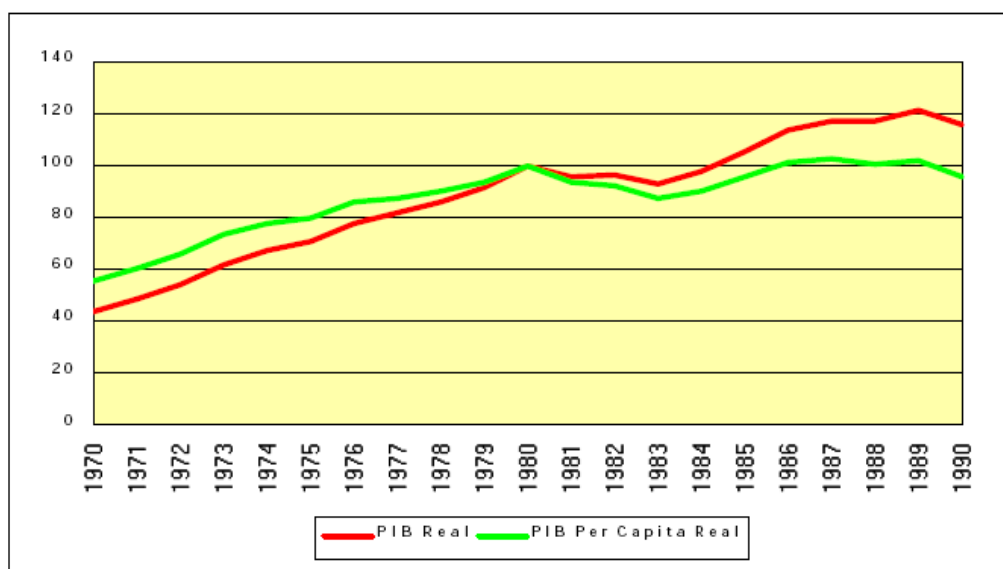


Gráfico 1: Crescimento do PIB 1970 - 1990

Fonte: IPEA

Alguns dados demonstram que os anos 80 foram improdutivos para a economia brasileira. Visto que a dívida bruta elevou-se em mais de 600% de 1973 a 1984 (12,6 a 91 bilhões de dólares). A inflação redireciona-se da casa dos dois dígitos à casa dos três dígitos.

Já no âmbito social, a renda real brasileira permanece neutra. Destaca-se o investimento em relação ao PIB que desce de 24%, em 1979 para 16,6 % no ano de 1984. Em relação à necessidade de financiamento do setor público, frisa-se o crescimento de 8% em relação ao PIB para 20,5% entre 1979 -1984. Logo, é viável concluir que o II PND em 1973 gerou gravíssimos reflexos para a economia brasileira.

Em 1979, o General Figueiredo assume a presidência, último do regime militar. Primeiramente, há uma disputa pela linha a ser seguida na política econômica. Em uma vertente Mário Henrique Simonsen, heterodoxo, propondo um ajuste fiscal. Na outra, Delfim Neto, desenvolvimentista, preocupado com o crescimento a qualquer custo. Em curto período, Simonsen é substituído por Delfim, haja vista a pressão popular e dos agentes econômicos para evitar recessão e ajuste fiscal, tentando reeditar o milagre econômico de 70. Contudo, a ocorrência de mais um choque do petróleo resultou na duplicação do preço do barril e alta dos juros externos para conter a inflação e maxidesvalorização para evitar déficit na balança comercial, ocasionando uma recessão mundial e brasileira. A vista disso, o ministro transformou-se em um gestor de um regime altamente recessivo.

Apesar da crise mencionada, o Brasil obteve um crescimento robusto em 1980 (7,2% do PIB). Esse fato ocorreu devido à recuperação da produção agrícola que havia sofrido com secas e geadas de anos anteriores e às expectativas inflacionárias (110%). Estas pressionaram a demanda por bens duráveis.

O déficit externo, no ano de 1981, teve seu financiamento dificultado. Rapidamente o governo de Figueiredo iniciou medidas restritivas, tais como: controle de importações, limites de crescimento no crédito e investimentos estatais reduzidos. As três medidas contribuíram para um impacto recessivo no PIB (-1,6%) e no setor industrial (-5,5%). Esses atos, implantados a fim de evitar um programa de austeridade imposto pelo FMI, não vingaram plenamente, pois o Congresso cedeu às pressões sociais. No entanto, em 1982, o Brasil experimenta outro choque externo com a moratória do México e, com isso, ocorre a interrupção do financiamento externo para os países latino-americanos. Dessa forma, o Brasil é obrigado a recorrer ao FMI, implantado um programa imposto pelo Fundo Monetário Internacional, tendo as seguintes características:

- Redução das despesas estatais e equilíbrio do orçamento público;
- Redução e controle da quantidade de moeda em circulação;
- Liberação dos preços de quaisquer tabelamentos;

- Liberação da taxa de juros, que dada a redução da oferta monetária, deveria aumentar;
- Desvalorização a taxa de câmbio;
- Eliminação dos subsídios;
- Redução dos salários dos setores públicos e privados.

A implantação do programa acima buscava promover um ajuste fiscal, conter a inflação e, por fim, controlar a enorme dívida externa e interna. Logo, em 1982, a inflação passa à casa dos três dígitos, condizente com a desvalorização da moeda e o PIB tem um crescimento de somente 0,5%.

Com a inclusão dos ajustes aplicados no plano imposto pelo FMI, no ano de 1983, juntamente com os reflexos da moratória do México, observa-se a queda de 3,5% do Produto, e, acoplado às maxidesvalorizações da moeda nacional, percebe-se um aumento generalizado dos preços de 211% no período. Porém, é necessário ressaltar que o plano foi impróprio para resolver os problemas básicos mencionados acima, visto que, a inflação elevou-se consideravelmente, como se vê na seguinte tabela 2:

Tabela 2 Taxa Anual de Inflação			
Ano	%	Ano	%
1970	19,3	1980	110,2
1971	19,5	1981	95,1
1972	15,8	1982	99,7
1973	15,5	1983	211
1974	34,6	1984	223,8
1975	29,4	1985	235,1
1976	46,2	1986	65
1977	38,8	1987	415,8
1978	40,8	1988	1037,6
1979	77,2	1989	1782,9
Fonte: IGP/FGV Bresser/Nakano 2009			

A partir do ano de 1984, a economia mundial demonstra indícios de recuperação. Com isso, o Brasil atinge o equilíbrio nas contas correntes e acredita-se que a questão da dívida viria a ser superada, sendo que o único gerador de problemas era a inflação.

Há um paradoxo na década perdida: o primeiro trata-se de uma visão ortodoxa, culpando o excesso de liquidez gerado pelo descontrole do orçamento do governo somado ao acúmulo de reservas cambiais (Lengruber/Contador 1986). Esta concepção foi usada para as

medidas tomadas ao longo de 1980 a 1985. Já o segundo aspecto, acredita que as origens da inflação e da considerada “década perdida” residem nas políticas fiscais e monetárias, juntamente com os choques agrícolas.

De acordo com os economistas Bresser e Nakano (1984): “as variáveis que contribuíram para a “década perdida” foram os aumentos excessivos nos meios de pagamento, o poder de monopólio de empresas, de sindicatos e do Estado, os quais alimentavam a inflação: “tentativa de empresas oligopolistas e de sindicatos em aumentar a renda nacional através da manipulação de preços, taxas de juros e salários, ocasiona uma inflação administrada”(Bresser e Nakano, 1984, pg)

Bresser, ainda, refere-se aos juros pagos pela dívida externa e interna. Ambas, representavam um alto fardo para o Brasil, pois, para financiar este déficit, se incorria em maior emissão de moeda, um dos sancionadores do aumento de preços. Vide tabela 3.

Ano	Dívida Externa	Dívida Interna	Déficit Público
1983	3,7	3,01	4,4
1984	3,89	3,3	3
1985	4,47	3,44	4,3
1986	2,89	2,23	3,6
1987	2,62	2,17	5,5
1988	2,85	2,88	4,3
1989	2,8	9,5	12,4

Fonte: Banco Central

Um dos principais fatores da estagnação econômica de renda real e de crescimento do PIB do período discutido é a inflação inercial, em que os agentes procuram corrigir preços num pico de proteção, acarretando o espiral inflacionário, segundo Francisco Lopes (1986).

A escola estruturalista, de Baer, analisa como antecedentes da inflação; a quintuplicação do preço do petróleo (1973 – 1974), a duplicação deste em 1979, o aumento das taxas de juros mundiais, as maxidesvalorizações em 1979 e 1983, os reveses naturais (secas e enchentes afetando o preço dos alimentos diretamente) e Geisel que incentivava o crescimento com dívida.

Com isso, encontram-se inúmeros fatores causadores da conhecida “década perdida”, entre eles, o crescimento a qualquer custo, já que representou um aumento significativo da dívida bruta da economia; o excesso de liquidez causado pelo frouxo controle monetário e

fiscal do governo; o oligopólio de empresas, de sindicatos e estados, os quais disputavam para ficar com parte dos ajustes dos preços; inflação inercial; choque do petróleo; obrigações do FMI (maxidesvalorizações) e reveses naturais; II PND.

Politicamente, o governo não aceita a recessão, portanto, viabilizam-se projetos de investimentos e gastos vultosos, indexação de preços, altos encargos financeiros, financiamento do déficit público, criando mais moeda e gerando inflação. O excesso de liquidez, também foi um responsável causador da inflação junto às maxidesvalorizações e ao aumento da dívida bruta, ambos pressionando os preços. Assim sendo, pode-se descrever a inflação como o maior dos problemas, ocasionada pelas variáveis referidas anteriormente, de acordo com os economistas Baer e Giambiagi (1984).

2. Revisão da Literatura

2.1 Pensadores “Ortodoxos”

Os anos oitenta e a ditadura militar gerou uma divisão extrema entre os economistas. Havia um grupo – geralmente associado à EPGE - de economistas chamados de ‘ortodoxos’. Os economistas que seguiam tal linha de argumentação defendem que para haver a estabilidade econômica deve existir um controle ríspido e total da moeda, do déficit público e a liberalização de preços. Naturalmente supunha-se que o controle dos gastos públicos na época era fraquíssimo.

A inflação, segundo os autores como Lemgruber (1984) e Contador (1985), era causada por um espiral, isto é, a elevação do déficit teria que ser financiado por emissão de moeda, assim, gerando maior demanda e aumento de preços.

Na visão de Lemgruber (1984), filiado a tradição ortodoxa, o excesso de liquidez, causado pela falta de controle do orçamento do governo, unindo-se ao acúmulo de reservas cambiais ocasiona a inflação. Primeiramente, destaca-se que a emissão demasiada de moeda corrente junto à busca pelo superávit influencia os preços, aliado a um governo suscetível a pressões sociais e empresariais, que não conseguia manter planos de ajustes fiscais, monetários e demanda alta. O autor acredita que um controle monetário procederia em um crescimento contínuo, refletindo em um equilíbrio dos preços ao longo do tempo, a fim de evitar o famoso vôo da galinha.

O economista Claudio Contador (1985) adepto de uma visão tida como “historicista” reflete através de seu trabalho estudos relacionados à inflação e crescimento do produto, logo, defende uma explicação à partir da “Curva de Phillips” (relação entre taxa de desemprego e inflação). Em sua visão, acredita que há uma relação entre o aumento generalizado dos preços e da renda. Por essa razão, uma luta contra a alta dos custos diminuiria o produto real, quando a inflação for devido à forte demanda agregada. Porém, a procura constante por crescimento da renda e menores percentuais de desemprego só seriam eficientes se a taxa de inflação aumentasse continuamente, o que significaria hiperinflação. Haveria a possibilidade do governo conseguir desestimular as expectativas inflacionárias dos agentes, no entanto, esta perspectiva não ocorre, correspondente à baixa credibilidade do governo na época.

As críticas geralmente elaboradas pelos economistas da PUC-Rio, FGV-SP e USP acerca da fundamentação ortodoxa é centrada nos seguintes aspectos: 1) Pode-se dizer que, no Brasil, não existia demanda generalizada em um período de recessão. Logo, esta não seria de fato um causador da inflação. 2) Ainda, argumenta-se sobre o controle fiscal e o déficit, que eram semelhantes com o de países como Israel e Argentina que, ao invés de utilizarem o choque dos gastos fiscais, empregaram o congelamento de preços, com a finalidade de erradicar a inflação como constava na cartilha heterodoxa da época.

É possível destacar, como crítica ao modelo em questão, o efeito “Olivera-Tanzi as Avestas”,: a inflação ajudaria na redução do déficit efetivamente observado ao final do ano fiscal. O orçamento embute inflação menor que a inflação observada, diminuindo o valor real das despesas a serem executadas. Já as receitas, por estarem indexadas à inflação, pouco sofrem com essa maior que a orçada. Assim, o Governo, por meio de controle de caixa, adia a liberação de verbas forçadas, fazendo com que os valores das despesas sejam adicionalmente reduzidos pela inflação.

2.2 Pensadores ‘Neo-estruturalistas’

Os Neo- estruturalistas acreditam que a manutenção ou aceleração da taxa de inflação, se devia, principalmente, ao conflito distributivo da época. Tal fato não se aplica apenas ao conflito entre capital e trabalho, como também ao conflito entre empresas. Assim, em função de desequilíbrios entre seus preços provoca ou pode provocar disparidades excessivas nas taxas de lucro.

Esses pensadores avaliavam o Brasil, dos anos 80, como um país de baixa competitividade, onde empresas, sindicatos e Estados monopolistas determinavam os preços, margens e lucros.

Na vigência do chamado “capitalismo tecnoburocrático”, ao contrário do sistema de concorrência, que os neoclássicos presumem em seus modelos, prepondera um sistema de planejamento no Brasil. Isso faz com que grandes empresas e sindicatos procurem substituir ao mercado, administrando seus preços, enquanto o Estado regulador, diante da relativa paralisia dos mecanismos de mercado, também é obrigado imiscuir-se nele. Logo, preços são administrados, através de várias formas de tabelamento. Com isso, cria-se a configuração do sistema em questão. Basicamente este modelo é visto como empresas que buscam conservar sua margem de lucro elevando o preço de seus produtos. O Estado, para preservar sua receita,

eleva os impostos e, por fim, os trabalhadores procuram ajustes salariais iguais ou maiores à inflação passada, mantendo esta última sempre alta.

Seguindo a linha neo-estrutural, afirmando que a inflação é decorrente de um país não competitivo, Bresser e Nakano (1984) defendem que empresas, sindicatos e Estados, buscam a participação nos lucros com a remarcação de preços, e, em épocas recessivas essa se torna mais freqüente, causando estagflação. Acreditam que este processo pode não acelerar às vezes o aumento de preços, mas contribui no mínimo para mantê-lo alto.

Neste sistema, o Estado mantém a inflação, contendo os preços de seus bens, ainda que, ocasionasse uma distorção dos custos que, para serem ajustados, necessitam de emissão de moeda, produzindo uma inflação contínua. Ainda Bresser (1983), refere-se aos fatores conservadores da inflação, seriam estes a emissão de moeda somando-se ao acelerador, a desvalorização da moeda em uma economia aberta, ajustes de salários reais e preços dentro de uma economia na qual o Estado era debilitado.

Por fim, ambos os economistas, crêem que a fragilidade do governo, em regimes de baixo crescimento, fica suscetível a pressões do mercado crescendo as despesas com acúmulo da dívida bruta. O maior problema, na opinião de Lopes (1984), devido ao rígido padrão de comportamento defensivo dos agentes econômicos, é a inércia do aumento dos custos. Com a finalidade de reconquistar o preço e receita real de seus produtos e salários, os operadores em questão, motivam à inflação inercial.

Na visão dos Estruturalistas, o começo da hiperinflação no Brasil esta relacionada à crise econômica, que se inicia com o choque do petróleo em 79 (onde os preços da matéria prima quadruplicaram). Tal crise fez com que os EUA aumentassem a taxa de juros, com a finalidade de evitar o aumento da inflação no país.

Assim, o supramencionado acontecimento prejudicou muito o Brasil, que dispunha de uma dívida externa a pagar, agora com juros elevados. Logo, inicia-se um requerimento de ajuste fiscal pelos credores externos.

Porém, na visão de Bresser (1990), o ajuste é tardio e os esforços para tal, ao invés de reequilibrar a economia, implicam na estatização da dívida externa, no crescimento da dívida pública interna, no aprofundamento da crise fiscal, e, por fim, no aumento da taxa de juros interna (na medida em que era praticamente impossível eliminar inteiramente o déficit público sem reduzir a dívida externa).

Por outro lado, na medida em que a redução do déficit público era alcançada, graças à redução do investimento público e à recessão, o ajustamento conduzia a redução da

capacidade de poupança e investimento do país. A consequência deste caráter perverso, do ajustamento no quadro de uma dívida externa muito alta, foi à aceleração da inflação.

Com isso, o déficit público e a crise fiscal se tornam causa básica de uma indireta aceleração inflacionária, por duas razões. Primeiramente, supõe-se que na medida em que o Estado busca recuperar suas receitas tributárias (aumento de impostos), reduzidas pelo ‘‘Efeito Tanzi’’ e diminuir o déficit, tais deliberações são correspondidas por aumentos defensivos de preços e salários por parte das empresas, dos trabalhadores e dos funcionários públicos.

Em segundo plano, a crise fiscal leva a fraqueza e falta de credibilidade do Estado, cujo Governo não continha capacidade para intervir sobre a Economia, já que o país, financeiramente falido, não detinha crédito de longo prazo, vide o ‘‘over night’’ (dívidas de um dia).

O FMI, na concepção de Castro (1983), é o principal responsável pela inflação e recessão da década de 80. O economista utiliza como ponto de partida que caso um país apresente problemas na balança de pagamentos, possui um elevado nível de despesas. Isto é, a demanda interna excede os recursos disponíveis localmente. Analisando somente o problema monetário, o FMI desconsidera a questão fiscal e seu potencial recessivo. Logo, não apresentaria sentido o Fundo impor ao Brasil a contenção da demanda agregada e iniciar uma recessão com deflação, tendo em vista que a economia mundial na época passava por uma recessão, portanto, seria razoável que países credores financiassem em longo prazo o Brasil, e, neste intervalo, estimulassem suas economias de forma a exportarem mais.

Segundo Barros de Castro e Pires de Souza (1985), ao invés de uma reedição do milagre econômico, na tese destes, um crescimento moderado seria mais adequado tanto no ano de 1979, quanto no ano de 1980, visando um racionamento de combustíveis; um programa de emergência de substituição de importações e, ainda, forte apoio às exportações. Logo, seria essencial uma recessão administrada coerente com o II PND e com a conjuntura daquele momento. Posição esta defendida por Simonsen. Ainda para Barros de Castro e Pires de Souza, a deterioração das contas externas brasileiras e a moratória do México dificultavam o financiamento do déficit em conta corrente e as despesas com a dívida externa colocavam o Brasil em uma posição desfavorável, levando-o a se sujeitar ao auxílio do FMI.

O aumento da dívida bruta, para Batista Junior (1984), acelerado a partir do milagre econômico (1970) teve seu financiamento com entrada de recursos externos. O endividamento do ano de 1967 a 1973 avançou de 3 bilhões para 12 bilhões dólares. Já no ano de 1974 a 1977 elevou-se mais devido aos altos déficits em conta corrente, causados pelos choques

externos, estes que, bateram 31,6 bilhões de dólares. Ainda para Batista, o aumento da dívida ocorreu devido à decisão de implantar o II PND. A dívida, neste processo, alimentava a inflação, pois era necessária a emissão de mais moeda com o intuito de financiar o débito, o que ocasionou um “círculo vicioso”, refletido em toda a década de 80.

3. Contribuições de Pérsio Arida

A leitura dos artigos de 1984/85¹ de Pérsio Arida mostra que o paradigma inercial apresentava a estabilização heterodoxa com moeda indexada como uma proposta superior às outras alternativas então debatidas em decorrência de duas características muito salientadas: o programa de estabilização seria quase indolor e regido pelo princípio da neutralidade. Destaca-se que essas características foram questionadas e re-elaboradas em sua Tese de Doutorado de 1992, quando ele se debruçou sobre as experiências mal sucedidas de estabilização no Brasil. Assim, a partir deste novo esforço analítico sobre como combater a inflações altas e crônicas, identificada como inflação inercial, desaparece o discurso da reforma monetária branda e neutra.

Cabe salientar um traço marcante na formação intelectual de Arida, e fundamental para a compreensão do teórico bem como do formulador e operador de política, é a preocupação com o método. O seu texto sobre Retórica² é um marco nas discussões acadêmicas brasileiras. Ele argumenta que as controvérsias travadas em teoria econômica não são resolvidas submetendo as teorias às evidências empíricas, mas sim através da Retórica, da capacidade de persuadir, argumentar e convencer, os participantes tanto nos embates internos a cada tradição quanto entre as diferentes tradições teóricas³.

Apesar de não ser nosso objetivo realizar uma análise Retórica da contribuição de Arida, mas apenas identificar essa característica nos seus trabalhos, parte-se da suposição de que as duas fases analíticas de discussão de problemas de teoria e política sobre a estabilização da economia brasileira identificadas acima, estão impregnadas da percepção de Arida da necessidade de convencer e persuadir. Inicialmente porque a estratégia de estabilização defendida era uma novidade ousada e desafiava o saber econômico

¹ Arida (1984, 1985) Arida e Lara Resende (1985)

² Arida (1996)

³ Para comprovar a sua tese, Arida discute dois modelos estilizados de aprendizado da História do Pensamento Econômico e da Teoria Econômica: *soft science* e *hard science*. Seu objetivo é criticar ambos os modelos mostrando suas inadequações para explicar o progresso em Economia, e assim, apresentar sua tese, de que as controvérsias na Ciência Econômica se resolvem por meio da Retórica, de acordo com algumas regras relativamente consensuais.

convencional, conseqüentemente, exigia uma solução heterodoxa. Depois no segundo momento, a teoria e política associadas à estabilização continuam ousadas, mas o seu sucesso depende da convicção política de fazê-lo.

O objetivo aqui é registrar esses dois momentos da discussão de Arida sobre questões de estabilização da inflação alta e crônica experimentada pela economia brasileira enfatizando a dimensão teórica dessa discussão. Assim, daremos ênfase à leitura de duas fases dos trabalhos acadêmicos de Arida: a primeira de 1984/85, quando ele publica a maioria dos *papers* que originariam a proposta de moeda indexada, e o segundo, a tese de doutoramento de 1992, quando Arida vai estudar as experiências mal sucedidas no Brasil para entender as especificidades da economia brasileira e aprimorar sua proposta. O destaque atribuído ao aspecto político é apreendido na entrevista concedida a Biderman, Cozac e Rego (1996).

Para atingir nosso objetivo neste tópico do trabalho, sem a pretensão de realizar uma análise retórica, procurar-se-á seguir o procedimento sugerido por Arida para a leitura dos clássicos em Economia. Nas suas palavras, “à estratégia de leitura dos textos da história do pensamento desvinculada do seu contexto original de formulação prejudica a apreensão de seu significado. Os textos do passado devem ser lidos como textos cifrados cujo código de entendimento só pode ser obtido pelo confronto com a multi-textualidade de seu contexto histórico. Pois do contexto histórico nada nos resta a não ser textos e objetos; reconstruí-los é a arte do historiador das idéias, arte irreduzível a procedimentos formais e que consiste essencialmente em uma operação de resgate de significado”. (Arida, 1996: 32)

II. - “Vendendo” a Estabilização

O ano de 1984 foi especialmente importante para o debate econômico brasileiro. A elevação das taxas de inflação, em um período de transição política, permite entender o debate acalorado que extravasou os limites da academia. Em 1985 tomara posse na Presidência da República o primeiro civil depois de 20 anos de presidentes militares. As eleições foram indiretas, mas a coalizão vencedora, em grande parte, emergiu da oposição ao regime anterior.

Foi da PUC-Rio que saíram as principais propostas alternativas de combate à inflação: o choque heterodoxo e reforma monetária. Ambas partiam do mesmo diagnóstico do processo inflacionário: a inflação inercial. Francisco Lopes⁴ havia inicialmente proposto o choque heterodoxo com congelamento geral de preços e salários. Pêrsio Arida e André Lara Resende sugeriam a reforma monetária passando por uma indexação total da economia. Ou seja, propunham repetir o caminho de uma hiperinflação sem passar pela traumática experiência de uma hiperinflação. Outros economistas de oposição ao regime militar e de sua política

⁴ Lopes (1984).

econômica, estavam espalhados em São Paulo e Rio de Janeiro, na Unicamp, FGV/SP, USP e UFRJ. Mas nestes outros centros o debate era mais difuso. Cabe lembrar que o regime militar produziu uma fragmentação entre os economistas. Sob a denominação de oposição encontrava-se um conjunto bastante amplo de visões sobre os problemas econômicos, e, portanto, em como solucioná-los. A heterogeneidade da equipe econômica responsável pela implementação do Plano Cruzado revelou com clareza este fato⁵.

Para entender os aspectos destacados por Arida nos seus textos de 1984/85 de neutralidade e da estabilidade quase sem custo é importante resgatar a construção de seu argumento.

Antes da exposição dos argumentos de Arida, convém chamar a atenção para essa forma de apresentação. Segundo Fernandez, “la posibilidad de que diversas explicaciones puedan ser plausibles, sin que haya una base segura para el conocimiento que pueda garantizar cuál es la correcta, la única forma de elegir entre ellas es que sus proponentes argumenten intentando mostrar las virtudes de sus ideas (y los problemas de las ajenas). En ese marco, la retórica vuelve a ser un elemento central en la reflexión filosófica.” (Fernandez, 1999 : 291).

Tanto no *paper* escrito enquanto foi *Scholar* no *Woodrow Wilson International Center* no final de 1984, quanto no seu trabalho conjunto com Lara Resende⁶ há o objetivo de demonstrar, a partir do diagnóstico de inflação inercial, a superioridade da solução de uma reforma monetária com a introdução de uma moeda indexada. Para mostrar a validade da sua tese, depois de convidar o leitor a aceitar idéias novas e criativas e abandonar velhos conceitos, são discutidas uma a uma das propostas existentes de estabilização, e apresentadas sua refutação. Dessa forma, o autor tenta sempre reforçar o seu argumento a favor da reforma monetária por meio da introdução de uma moeda indexada. Por fim, tece considerações sobre a viabilidade política da sua proposta.

Arida começa o seu artigo chamando a atenção de alguns aspectos. De um lado, sublinha o fato de que uma política econômica de estabilização de curto prazo, cujo objetivo é tratar de questões de dívida pública, déficit fiscal, inflação, taxas de juros e câmbio, requer a adoção de uma perspectiva de longo prazo. Afinal, constatava que o modelo de crescimento dos anos 70, substituição de importações liderado pelo Estado, estava esgotado e um novo modelo ainda não havia se consolidado. De outro, como decorrência, alertava que a tarefa não era simples: “Essa dificuldade é para ser interpretada como sugerindo a necessidade de idéias

⁵ Sola (1988) e Bier; Messemberg e Paulani (1987).

⁶ Arida (1984).

e soluções criativas, se o novo modelo esta para acontecer. A unissonância mascarada que se difunde muito nas discussões de política no Brasil precisa ser removida.” (1984:2). Segundo Arida, a crise do Brasil nos anos 80 se apresenta como problemas novos. A crise da dívida externa e a inflação alta e crônica requerem o desapego às velhas crenças e exigem novas abordagens, e conseqüentemente, soluções criativas por mais paradoxais do que possam parecer. Seu argumento para justificar medidas pouco convencionais como reformas monetárias e da dívida externa, para a política econômica é justificada pela sua crença na irreversibilidade do tempo histórico.

Cabe lembrar que no final da década de 70, a economia brasileira esteve sujeita a sucessivos choques (petróleo e da taxa de juros), bem como a redução na periodicidade dos ajustes salariais e sua recomposição pelo pico, que levaram à inflação para um patamar de 100% ao ano. A despeito da recessão promovida entre 1981-1983, houve um incremento das taxas de inflação para 200% ao ano.

A partir dessa constatação da resistência das taxas de inflação a medidas de austeridade, Arida identifica pelo menos cinco interpretações para explicar tal fenômeno⁷. E ainda chama de inapropriadas às interpretações que se baseiam no diagnóstico ortodoxo de que o déficit público é a causa da inflação. Antes de enumerá-las é importante perguntar por que ele as julga inapropriadas? Percebe-se que seu principalmente argumento não é a falta de eficácia, mas sim devido ao elevado custo em termos de produto e emprego das políticas ortodoxas de estabilização. Quanto às abordagens que reconhecem o caráter inercial da inflação e recomendam medidas de desindexação, sua principal discordância é com o fato do princípio da neutralidade não ser respeitado. Ou dito de outra forma, um programa de estabilização não deve promover distribuição de renda.

Inicialmente, ele destaca que os analistas ortodoxos não perceberam que a indexação dos títulos públicos inverte a causalidade entre déficit e inflação. Neste contexto, a inflação pode causar o déficit, uma vez que os títulos públicos são indexados, e assim, quanto maior a taxa de inflação maior será o déficit no conceito nominal. Entretanto, na sua exposição reconhece que as políticas ortodoxas podem até funcionar e apresenta um exemplo, que não deveria ser seguido. O caso chileno mostra que a estratégia ortodoxa funciona, mas apenas em regimes de exceção e com elevados custos econômicos e sociais, impensáveis num período de transição democrática. O Chile, sob a ditadura Pinochet, promoveu uma recessão que

⁷ Arida e Lara Resende, 1985.

significou em queda do produto em cerca de 15% e taxas de desemprego de cerca de 22% em 1982.

3. 1 Diferentes Terapias para Estabilizar

A primeira interpretação como já vimos, está baseada na visão ortodoxa da inflação e atribui a resistência da inflação às medidas restritivas e à falta de persistência da política. Seus defensores afirmam que estas só surtiriam efeito após alguma defasagem de tempo, à medida que primeiro se verificaria a queda do produto e numa segunda fase a inflação se reduziria. A discordância de Arida está no que ele chama de indeterminação da defasagem temporal, o que o leva a afirmar que “esta abordagem simplesmente oferece um ato de fé e não uma base sólida para a política econômica”. (Arida e Lara Resende, 1985:5)

A segunda abordagem afirma que não houve medidas de austeridade monetária, e fundamentam seu argumento apontando a necessidade de ampliar o conceito de moeda para mostrar sua correlação com a inflação. Para Arida, estes analistas se baseiam “na crença dogmática de que não há inflação sem um déficit fiscal subjacente financiado por expansão monetária.” (Arida e Lara Resende, 1985:5). Os contra-argumentos apresentados são dois. De um lado, a eliminação do déficit no conceito operacional é condição necessária, porém não suficiente. De outro, que sempre há a possibilidade de encontrar um agregado monetário mais amplo altamente correlacionado com a inflação.

Uma outra interpretação, chamada de enfoque “psicológico”, destaca o papel das expectativas e se inspira no fim abrupto dos casos de hiperinflação⁸. Neste caso, a razão para a persistência da inflação está na falta de credibilidade das autoridades monetárias na sinalização de mudança de regime. Por trás da ênfase no processo de formação de expectativas se encontra toda uma literatura sobre credibilidade das políticas econômicas, que no caso de um plano de estabilização envolve a confiança dos agentes econômicos na determinação do governo em combater à inflação. Muitas vezes, levando a conclusões que parecem relativamente óbvias: um programa de estabilização só será bem sucedido se for crível. Aqui, a discordância foi apontada na não observância de especificidades importantes da economia brasileira, a saber a indexação formal e informal existente. Assim, não basta ter credibilidade para alcançar a estabilização.

⁸ Sargent, 1986.

Segundo Arida, o significado atribuído às propostas de desindexação era variante entre seus proponentes. Ia da escolha de um dia “D” para estabelecer legalmente a indexação igual a zero até propostas de desindexação gradual. Dentro dessa lógica uma quarta abordagem é apresentada, o “choque ortodoxo” que partia também do diagnóstico convencional de que o déficit público é a causa das elevadas taxas de inflação. Assim, as prescrições sugeridas eram: o controle rígido da oferta monetária, o corte do déficit público, liberalização do sistema de preços e a eliminação de todos os mecanismos formais de indexação. Ou seja, uma forte recessão para combater à inflação, além da intensa alteração de preços relativos, que violava o princípio da neutralidade, uma vez que todos os contratos são indexados.

O último enfoque apresentado é o choque heterodoxo que reconhece o caráter inercial da inflação brasileira. Diferencia-se da abordagem anterior ao propor romper a inércia via controles administrativos e não pela administração da demanda conforme proposto no choque ortodoxo.

O choque heterodoxo, apesar do diagnóstico correto, introduzia medidas de controle administrativo, principalmente o congelamento, para romper a inércia, o que inevitavelmente congelaria os preços relativos em uma situação de desequilíbrio. Assim, apresenta a desvantagem da não neutralidade em termos distributivos. Ressalta-se que o mecanismo de funcionamento da indexação dos salários e dos ativos ocorre de forma muito distinta, principalmente quando se pensa em termos de proteção que a indexação fornece. Além disso, não há impedimento para os agentes indexarem informalmente, só que, mais uma vez, a capacidade de indexação dos agentes é distinto.

Diante dos problemas quanto ao custo e a neutralidade das propostas apresentadas e das lições dos casos históricos de hiperinflação, Arida chega a conclusão que chama de “resultado paradoxal”: a melhor forma de desindexar é indexar tudo, da forma mais perfeita possível. É na hiperinflação que se está mais próximo da indexação perfeita, e então uma desindexação sem custo é factível. Assim, a reforma monetária seria a forma de fazer a transição para uma hiperinflação sem passar pelo traumático processo de hiperinflação aberta, estando garantida a neutralidade distributiva.

Na proposta de choque heterodoxo reconhece o mérito de eliminar o componente inercial da inflação por meio do congelamento de salários nominais, taxa de câmbio e preços. No entanto, Arida prevê grandes dificuldades na administração do congelamento. Destaca que o principal obstáculo ao congelamento geral era a ausência de sincronização nos reajustes dos diversos preços e salários. Acredita que só teria chances de ser bem sucedido se fosse implementado com um pacto social forte.

Arida argumenta que reforma monetária, via emissão de uma moeda indexada, é a proposta mais próxima do congelamento, no sentido de eliminar a memória inflacionária. O mecanismo funcionaria com a indexação de todos os contratos pelo mesmo índice de preços e para a mesma unidade de tempo, esta a menor possível. A garantia da neutralidade é dada pela conversão dos contratos pelo valor médio do período anterior. Caso fosse convertido pelo valor de pico do contrato, a inflação explodiria, pois haveria uma incompatibilidade distributiva. Assim, a memória do sistema econômico seria toda sincronizada para um mês, como acontece no final do processo de hiperinflação. Uma vez feito à conversão, a reforma monetária envolveria a emissão de uma nova moeda, unindo duas funções da moeda que se encontram separadas, durante uma fase de transição. Como as pessoas tendem a se livrar da moeda antiga, “a inflação vai para zero pela simples razão que, medida em termos de moeda indexada, os preços dos bens e serviços estão constantes” (Arida, 1984:12) Constata ainda uma vantagem na sua proposta, pois se o governo não oferecer uma moeda indexada, perde-se a oportunidade de obter receita de senhoriagem, à medida que os agentes privados fugiriam da moeda nacional que deprecia, e utilizariam o dólar, inicialmente como unidade de conta, e no final até para desempenhar a função de meio de troca.

Cabe destacar que a reforma monetária elimina apenas o componente inercial de inflação. Se as taxas de inflação estiverem se acelerando, elas continuariam aumentando depois da reforma. No caso brasileiro, a inércia existe por causa da indexação formal e informal em interação com a fixação de salários e contratos financeiros de forma descontínua. Na verdade, Arida sublinha que a inércia advém de várias fontes, mas enfatiza o fato de “não depender da passividade da moeda e não violar o postulado das expectativas racionais.” (Arida, 1984:14) Isto posto, as condições ideais para a implementação da reforma são: inflação ser puramente inercial; o déficit operacional ser negligenciável; regras ou arranjos institucionais que impeçam o governo inflacionar depois da reforma.

A posição de Arida com relação ao déficit neste momento ainda é um pouco condescendente. De um lado, acreditava-se que o aumento da demanda de moeda com a monetização, induzida pela queda das taxas de inflação, permitiria o financiamento não inflacionário de um déficit público não muito grande. De outro, é importante lembrar que os dados referentes às contas fiscais não eram muito confiáveis. Depois do fracasso do Plano Cruzado, uma das lições seria a relevância do equacionamento da questão fiscal para viabilizar uma estabilização duradoura. A falta de ênfase no aspecto fiscal serviu de alibi para

vários autores negarem o diagnóstico de inflação inercial⁹. Sobre esse assunto, declara Arida: “a título de registro histórico, observa-se que em cada plano brasileiro de estabilização, a equipe econômica estava consciente da necessidade de se promover um ajuste fiscal junto com a política de rendas. No entanto, as estratégias diferiram. Durante o Plano Cruzado, o desequilíbrio fiscal não foi abertamente enfatizado, num esforço de manter a credibilidade, o congelamento de preços foi apresentado como um primeiro passo que seria seguido pelos ajustamentos necessários. A equipe econômica esperava que o amplo apoio político dado ao plano seria suficiente para tornar o ajuste fiscal viável. Em contrapartida, o desequilíbrio fiscal foi reconhecido abertamente na implementação do Plano Verão. Os resultados práticos, entretanto, foram similares. O ajuste fiscal do Cruzado foi recusado pelo Presidente, desejoso de segurar as medidas impopulares até as eleições marcadas para dez meses depois do início do plano. O ajuste fiscal do Plano Verão foi bloqueado pelo Congresso por causa da grande desconfiança nas propostas administrativas. Em retrospectiva, parece claro que o período Sarney foi de um doloroso processo de aprendizado social. É injusto inferir da pobre performance fiscal que a equipe econômica em desenhar os programas de estabilização no Brasil foi indiferente à restrição orçamentária.”(Arida, 1991: 184)

No que se refere à futura âncora da moeda, Arida até então não tinha uma posição clara, uma vez que não se poderia prever qual seria a demanda de moeda numa economia estabilizada e consciente da fragilidade externa derivada da crise da dívida externa e constante escassez de divisas. Na verdade, ele chega a chamar de obscuro o significado de âncora num regime monetário fiduciário. Também não acredita que a mera fixação da taxa de câmbio garantiria o controle da emissão de moeda por parte do governo. Para contornar o problema da ancoragem, ele acaba sugerindo a manutenção da moeda indexada depois da reforma. Uma solução aventada foi ainda impor um teto legal para a expansão da nova moeda, para os diferentes conceitos de agregados monetários, inclusive os depósitos da Resolução 432¹⁰. Isto é, a âncora monetária e um regime de câmbio flutuante. A idéia era não deixar os contratos indexados. A reforma era justamente para a transição de uma situação de inflação alta para o de inflação baixa. À época defendia uma taxa de juros real baixa pós reforma monetária para viabilizar a volta do crescimento econômico. No entanto, a explosão do consumo após as tentativas de estabilização o levou a reconsiderar o papel da taxa de juros reais. Este será um dos aspectos centrais tratados na sua tese de doutorado.

⁹ Barbosa, F. H. e Simonsen, M. H. (org.) (1989).

¹⁰ A Resolução 432 era um mecanismo que permitia às empresas privadas com passivos em dólares antecipar o pagamento da dívida junto ao Banco Central, depositando o equivalente a esses débitos em moeda nacional, convertidos pela taxa de câmbio do dia.

3.2 Viabilidade Política da Estabilização

Depois de apresentar e defender a reforma monetária, Arida se preocupa com sua viabilidade política. Ou seja, era importante garantir a neutralidade distributiva mantendo a participação dos agentes na renda no nível pré reforma e garantir que um novo choque distributivo não se manifestasse. Coloca-se então a pergunta sobre a necessidade, ou não, de um pacto social¹¹ para viabilizar a reforma monetária. A negociação através de um acordo possibilitaria uma acomodação das demandas de diversos grupos pela participação na renda nacional compatível com o tamanho dela. Ainda dentro da discussão de pacto social, estabelecia uma diferenciação entre a necessidade de negociar pacto suave ou pacto forte. O primeiro se refere às medidas de políticas que provocam perdas temporárias a determinados grupos, mas há possibilidade de incluir cláusulas compensatórias. O pacto forte, por sua vez, torna-se necessário quando as perdas são permanentes ou contingentes aos desdobramentos do processo econômico. Neste caso, “não há garantia que os perdedores seriam compensados.” (Arida, 1984:19)

Quanto à reforma monetária com moeda indexada, Arida justifica a necessidade de um pacto social quase suave, por causa da presença de indexação dos contratos (salários, aluguéis, bens e serviços administrados pelo governo), que na reforma monetária precisariam ser pactuados novamente e convertidos pela média. O que parece perda no curto prazo, representará um ganho, principalmente quando se fala dos salários que sempre apresentam uma indexação com períodos de reajustes mais longos. Caso fossem corrigidos pelo pico, haveria um choque distributivo, decorrente da tentativa dos diversos grupos de obterem uma participação na renda superior a um. Mas isso não significa que ninguém perde permanentemente. Um dos grandes perdedores lembrados, que daria uma característica de pacto forte para a reforma, seriam os bancos comerciais. Estes deixariam de ganhar a receita de *floating*.

Quando Arida foi perguntado sobre a experiência do Plano Cruzado, ele revela a alteração no princípio que deve estar na base de um processo de estabilização bem sucedido: o apoio político. Vale à pena repetir suas palavras, “Na época era muito jovem, 33 anos. Padezia, penso que todos nós padeçíamos, da falta de uma visão plena do processo de estabilização. Toda estabilização bem-sucedida tem que ter uma coalizão política que apóie o núcleo-chave de políticas. Se não houver na partida um time econômico com idéias

¹¹ Para Arida o conceito de pacto social será relevante se a implementação de políticas econômicas bem sucedidas depende da aceitação (ou não) de certos grupos da sociedade das perdas impostas pelas medidas adotadas. (Arida, 1984:18)

homogêneas, uma liderança política clara e uma certa maturidade no mundo político e na sociedade sobre o que é necessário fazer, não adianta tentar.[...] A solução Larida estava fora do horizonte intelectual da época, parecia mágica” (Biderman, Cozac e Rego, 1996: 324-335)

4. Conclusão

Diante das considerações analisadas ao longo deste trabalho , conclui-se que a inflação brasileira é fruto de diversos componentes tais como: a indexação de preços, contratos e salários, conflitos distributivos, desequilíbrio fiscal, falta de credibilidade e instabilidade de regras nas políticas econômicas.

Tabela 2 Taxa Anual de Inflação			
Ano	%	Ano	%
1970	19,3	1980	110,2
1971	19,5	1981	95,1
1972	15,8	1982	99,7
1973	15,5	1983	211
1974	34,6	1984	223,8
1975	29,4	1985	235,1
1976	46,2	1986	65
1977	38,8	1987	415,8
1978	40,8	1988	1037,6
1979	77,2	1989	1782,9
Fonte: IGP/FGV Bresser/Nakano 2009			

Primeiramente, analisando os chamados choques de oferta, encontra-se na tabela 2, nos anos de 1973 e 1979, a Crise do Petróleo, onde em 73 os preços duplicaram e a inflação brasileira duplicou e no ano de 78 para 79 o mesmo ocorreu. Além dos impactos relacionados ao petróleo, observa-se de 82 para 83 a ausência de pagamento da dívida mexicana, levando o Brasil a permanecer sem financiamento externo e conduzi-lo a recorrer auxílio ao FMI, que o ajudou, porém sancionou alguns ajustes ao país, como a maxidesvalorização de 83. Isso fez com que a inflação, duplicasse do ano de 82 para 83, vide tabela 2.

A indexação de preços, contratos e salários, é vista como o principal mantenedor da inflação correspondente aos agentes reivindicarem ao menos a renovação de seus salários,

contratos ou preços, iguais ou maiores do que constava na inflação do período anterior. Este fato é consumado por todo o período de 70 a 90, excluindo-se os choques (tabela 2).

Os desequilíbrios das contas públicas, segundo os Estruturalistas, funcionam como sancionadores da inflação. Uma vez que, para financiar o déficit público era necessário emitir mais moeda (princípio de política monetária acomodativa), ocasionando a inflação. Segundo dados do período, o déficit público não era tão desequilibrado como os Estruturalistas acreditavam. Segue uma análise da Secretária e Desenvolvimento do País no ano de 1986:

“Um Déficit corrente do governo da ordem de magnitude verificada no Brasil não representa qualquer risco de pressão inflacionaria para uma economia que pretende trilhar uma trajetória de rápido desenvolvimento. Com o crescimento econômico, a sociedade requer aumentos proporcionais m seus estoques de dívida pública, o governo precisa oferecer ativos financeiros ao setor privado, os quais podem financiar seu déficit conta corrente. Estima-se que o potencial para essa expansão normal da divida situa-se, nas condições brasileiras atuais, entre 2% e 3% do PIB. Nos pode restar duvida de que o déficit publico brasileiro esta inequivocamente sob controle, não havendo qualquer risco de pressão inflacionaria proveniente desta fonte.(SEPLAN 1986, P.36) ”

A falta de credibilidade do governo e a instabilidade de regras em seguir planos políticos e econômicos são observadas no ano de 1982 quando se procura seguir a cartilha do FMI e, logo, com a maxidesvalorização houve uma duplicação da inflação. Também no ano de 86 inicia-se o plano de estabilização da inflação, ou seja, o Plano Cruzado, que reduz a inflação neste ano através do “congelamento de preços”, controle monetário e fiscal rígido, mas que por pressões populares, o governo cede a tais reivindicações. Assim, a inflação torna-se explosiva de 87 a 93.

A inflação brasileira tinha dois pontos a serem modelados, ou seja, o Brasil estava totalmente suscetível a choques externos, vide Crise do Petróleo, Moratória do México (que leva a maxidesvalorizações) e um formador interno conhecido como inflação inercial, provocada pelo componente de realimentação de preços vinculada ao conflito distributivo(alta de preços e rendimentos proporcionais ao aumento do custo de vida), que é a indexação de salários e contratos. Pode-se dizer que esta componente, leva como variáveis endógenas o

déficit público e a emissão de moeda para financiá-lo. Conclui-se também que não existia excesso generalizado de demanda, pressupostos nas teorias keynezas e monetaristas de inflação.

Assim, a aceleração da inflação na década perdida foi devido a fatores exógenos (choques de preços sem caráter sistemático) e a combinação de fatores endógenos, mudança de indexadores, conflito distributivo e expectativas de que a inflação continuava a acelerar.

Ainda que a inflação brasileira durante os anos 80 não tenha sido causada por excesso de demanda não podemos deixar de notar o desprezo que os ‘Neo Estruturalistas’ atribuíam as políticas fiscais e monetárias contracionistas. Parecia que até a inflação no Brasil era diferente das demais observadas no mundo. Ambas as visões progrediram muito desde dos anos oitenta. Ou seja, atualmente parece consensual que déficit público é um entrave ao crescimento, que sem políticas monetárias e fiscais contracionistas não é possível estabilizar uma economia; que o componente inercial da inflação responde apenas por uma parcela da atual inflação brasileira.

5. Bibliografia

LACERDA, ANTONIO CORREA. “Economia Brasileira”, 2º edição, São Paulo: Editora Saraiva 2003, pag.295

BARROS DE CASTRO, LAVINIA. HERMANN, JENNIFER. “Economia Brasileira Contemporânea”, 8º edição, São Paulo: Editora Campus 2005, pag. 425

BAER, WERNER. “A Economia Brasileira”, 2º edição, São Paulo: Editora Nobel 2003, pag. 509.

LEMGRUBER, ANTONIO CARLOS. “Real output-inflation trade-offs, monetary growth and rational expectations in Brazil, 1950/79” in: *brazilian economic studies*, nº 8. Rio de Janeiro, ipea/inpes, 1984, p.70.

CONTADOR, CLAUDIO R. “Crescimento econômico e o combate à inflação”. *Revista Brasileira de economia*, jan/mar. 1977, p.163.

BRESSER PEREIRA, LUIZ C. & NAKANO, YOSHIKI. “Inflação e Recessão”. São Paulo, brasiliense, 1984; LOPES, FRANCISCO LAFAIETE. “Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas”. *Revista da Anpec* 7, nº 8, Nov/1984, p.55-71.

BRESSER, LUIZ PEREIRA. “Inflação Inercial e curva de Phillips”. *Revista de economia política*, vol.6 nº 2 abril-junho 1986. <http://www.rep.org.br/pdf/22-5.pdf> 25/11/2009

NAKANO, YOSHIKI. “Inflação desequilíbrio externo e salários”. *Revista de economia política* vol.1 nº4 outubro-dezembro/1981. <http://www.rep.org.br/pdf/04-9.pdf> 25/11/2009

ARIDA, P (1984) “Economic Stabilization in Brazil” *Texto para Discussão*, n. 84, Departamento de Economia PUC/RJ, dezembro. (publicado como Working Paper 149 of Wilson Center, Washington, DC, USA, november, 1984.

ARIDA, P (1985) “Macroeconomic Issues for Latin America”, *Texto para Discussão*, n. 87, Departamento de Economia PUC/RJ, março.

ARIDA, P e LARA RESENDE, A. (1985) “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil, paper prepared for the Conference “Inflation and Indexation” Institute of International Economics, Washington. D. C. , December, 6-8, 1984. Publicado no Brasil como texto para discussão do Departamento de Economia PUC/RJ, n. 85, janeiro.

ARIDA, P (1986) “Neutralizar a inflação, uma idéia promissora”, In: Rego, J. M. *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado*, Ed. Paz e Terra. Originalmente publicado em *Economia e Perspectiva*, Boletim do Conselho Regional de Economia, setembro de 1984.

ARIDA, P (1991) “Comments”. IN: BRUNO, M.; FISCHER, S.; HELPMAN, E. ; LIVIATAN, N. *Lessons of Economic Stabilization and Its Aftermath*. The MIT Press. p. 178-186.

ARIDA, P. (1992) “Essays on Brazilian Stabilization Programs”, Tese de Doutorado, MIT, mimeo.

ARIDA, P. (1996) “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica”, In: REGO, J. M. (org.) *Retórica na Economia*, Editora 34. Segunda versão (1984) do texto com o mesmo título (de 1983) publicado originalmente como “Texto para Discussão no. 54” pelo Departamento de Economia da PUC/RJ.

ARIDA, P. (1999) “Observações sobre o Plano Real”, *Economia Aplicada*, vol. 3, n. especial, março.

ARIDA, P. (1999a) “Do pretérito ao futuro”, *Jornal o Estado de São Paulo*, 5ª feira, 21 de janeiro de 1999. www1.estado.com.br/jornal/99/01/21/news064.htm

BACHA, E. (1995) “Plano Real: Uma Primeira Avaliação”. *Revista do BNDES*, vol.2, n.3, p. 3-26, junho.

BARBOSA, F. H. e SIMONSEN, M. H. (org.) *Plano Cruzado: Inércia x Inépcia*. Rio de Janeiro, Editora Globo.

BIER, A, MESSEMBERG, R. e PAULANI, L. (1987) “O Choque Heterodoxo e o pós-moderno: o Cruzado em Conflito”. Paz e Terra.

DORNBUSCH, R. (1991) “Credibility and Stabilization”. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 106, n. 3.

EDWARDS, S. (1993a) “The Political Economy of Inflation and Stabilization in Developing Countries”. *NBER Working Paper*, n. 4319. April.

FERNANDEZ, R. (1999) “Retórica y Economía: argumentos a favor del pluralismo y de la conversación civilizada”, in: *Metodología de las Ciencias Sociales: logica, lenguaje y racionalid*. Buenos Aires: Ediciones Macchini.

LOPES, F. L. (1984) “Só um Choque Heterodoxo pode derrubar a Inflação”, *Economia em Perspectiva*, Corecon-SP, agosto.

MAGALHÃES, J. P. A. (1999) “Vinte Anos de Pensamento Econômico no Brasil”. In: ELIAS, L. A.; MINEIRO, A. S., MAGALHÃES, J. P. A (org.) *Vinte Anos de Política Econômica*. Rio de Janeiro, Editora Contraponto.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (1996) *Paradigmas Econômicos e Desenvolvimento - a experiência brasileira*. Editora UFRJ e EdUERJ, Rio de Janeiro.

REGO, J. M. (1986) *Inflação Inercial, Teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

- REGO, J. M. (1990) “Retórica no Processo Inflacionário: A Teoria da Inflação Inercial”.
- REGO, J. M. (1990) (org.) *Inflação e Hiperinflação: interpretações e retórica*. São Paulo, Editora Bial.
- REGO, J. Márcio (Org.) (1996) *Retórica na Economia*, São Paulo Ed. 34
- REGO, J. M., BIDERMAN, C., E COZAC, L. (1996) *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34.
- REGO, J. M., E MANTEGA GUIDO (1999) *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo, Editora 34.
- SARGENT, T. (1986) “Os finais de quatro hiperinflações”. In: REGO (1986) (org.) *Inflação Inercial, Teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. Publicação em inglês 1982.
- SOLA, L. (1988) “Choque Heterodoxo e Transição Democrática sem Ruptura: uma abordagem transdisciplinar”. SOLA, L. (org.) *O Estado da Transição: política econômica na Nova República*, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- TAVARES M. C (1998) “Poder, dinheiro e vida intelectual”, entrevista concedida a Haddad, F. *Teoria e Debate*, n. 37, mar-abr-mai.

